

Célio Azevedo



Sívio Pereira diz à CPI que nunca ouviu falar de "mensalão"

Ex-secretário-geral do PT nega relações com Marcos Valério e indicações para cargos públicos e atribui responsabilidade a Delúbio Soares

“Não” e “nunca” foram as palavras mais pronunciadas pelo ex-secretário-geral do PT Sívio Pereira, em seu depoimento ontem à CPI dos Correios. Ele alegou que nunca ouviu falar de “mensalão” antes das denúncias da imprensa,

não teve conhecimento de malas de dinheiro para compra de votos de parlamentares e não mantém relações próximas com Marcos Valério. A CPI investiga se um carro importado de Sívio Pereira teria sido pago por uma empresa baiana.

SILÊNCIO Sívio Pereira recusou-se a responder perguntas sobre seu patrimônio: “Está tudo na minha declaração”

Ex-tesoureiro petista presta depoimento às 10h

Página 3

Filho de Brizola afirma que PT pediu apoio do jogo do bicho

Ex-presidente da Loteria do Estado Rio Grande do Sul (Lotergs), José Vicente Brizola afirmou ontem à CPI dos Bingos ter sido pressionado por candidatos do PT a bus-

car recursos para a campanha de 2002 junto a empresários de jogos de azar. Ele admitiu que chegou a apresentar empresários do setor à ex-senadora Emilia Fernandes.

Márcio Kolumbe



INFORMAÇÃO Ex-presidente da Lotergs entrega documentos a Efraim Morais na CPI dos Bingos

Página 2



Jane Araújo

ALERTA Renan, com as lideranças partidárias, descarta qualquer hipótese de “acobertamento”

Falta de acordo adia para hoje instalação de terceira CPI

Líderes partidários e o presidente do Senado, Renan Calheiros, decidiram instalar somente hoje, às 11h, a CPI do Mensalão, que teve seus membros designados ontem.

Renan advertiu, em discurso, que a sociedade não absolve tentativas de acobertamento, defendendo punição para quem tenha “rebaixado mandatos e consciências”.

Páginas 4 e 5

Congresso pode aprovar reajustes para magistratura e MPU

Página 2



Filho do ex-governador Brizola depõe na CPI dos Bingos e reafirma que foi pressionado pela ex-senadora Emilia Fernandes e seu filho a angariar recursos para campanha junto a empresas concessionárias de jogos de loteria no Rio Grande do Sul

José Vicente confirma existência de caixa dois

Em depoimento à CPI dos Bingos na tarde de ontem, José Vicente Brizola afirmou que, quando dirigiu a Loteria do Estado Rio Grande do Sul (Lotergs), foi pressionado pela ex-senadora Emilia Fernandes (PT) e por seu filho Carlos Fernandes, para angariar recursos junto a concessionários públicos de loterias para a campanha eleitoral da chapa majoritária do PT em 2002. A CPI dos Bingos foi criada com

o fim de apurar denúncias de utilização de casas de bingo em lavagem de dinheiro e supostas ligações do jogo com o crime organizado.

José Vicente admitiu que chegou a apresentar empresários de jogos à ex-senadora. Quando questionado pelo senador Leonel Pavan (PSDB-SC) se teria como provar essa denúncia, José Vicente sugeriu que a CPI solicite a quebra dos sigilos telefônico, fiscal e bancário de

Emilia. Respondendo ao relator da comissão, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), sobre a razão de ter denunciado apenas em 2004 o suposto esquema de caixa dois para financiamento de campanha do partido, José Vicente justificou que esperava uma oportunidade para fazê-lo, ocasião surgida apenas no episódio Waldomiro Diniz.

José Vicente enfatizou que não tinha poder para tomar nenhuma decisão em sua dire-

toria e que todos os atos eram impostos pela Secretaria de Fazenda do estado. Ele comparou sua atuação à frente da Lotergs com a de Waldomiro Diniz na subchefia de Assuntos Parlamentares da Casa Civil, afirmando que ambos foram meros artífices de interesses maiores do PT. José Vicente disse ter convicção de que o deputado José Dirceu é o principal mandante das operações de caixa dois do PT.

Sobre as relações do empresário de jogos de azar Carlos Cachoeira com o governo do estado do Rio Grande do Sul, José Vicente afirmou que foi contrário a um edital de licitação, vencido pela empresa de Cachoeira, para terceirização da loteria de números do estado, cujo valor era "muito aquém do esperado". Ele observou ainda que levou o caso ao secretário de Fazenda, que o autorizou a revogar o edital.

CPI dos Bingos quebra sigilo de Cachoeira

A CPI dos Bingos aprovou ontem diversos requerimentos de quebra de sigilos telefônico, bancário e fiscal, entre eles, o de Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Carlos Cachoeira, empresário do setor de jogos.

Também tiveram seus sigilos quebrados Rogério Tadeu Buratti, sua esposa, Elza Gonçalves Siqueira Buratti, e suas empresas – WWay Informática e BBS Consultores Associados. Buratti foi assessor de Antonio Palocci quando este era prefeito de Ribeirão Preto (SP).

A CPI ouve amanhã os procuradores da República Luiz Francisco Fernandes de Sousa, Ronaldo Meira de Vasconcellos Albo, Roberto Santos Ferreira, José Pedro Taques, Celso Três e Gustavo Peçanha Velloso.

Agenda

Sessão do Congresso Nacional

O Congresso Nacional reúne-se hoje, às 10h, para examinar vetos parciais do presidente da República e possivelmente quatro projetos. Dois deles liberam recursos para as despesas de pessoal da magistratura e do Ministé-

rio Público da União. O Plenário do Senado reúne-se a partir das 14h. A pauta está trancada por quatro medidas provisórias, como a que altera os parâmetros para o cálculo do auxílio-doença.



CPI do Mensalão indica presidente e relator

A CPI Mista que vai investigar as denúncias de que o PT estaria pagando mesadas – o chamado "mensalão" – para deputados de partidos que compõem a base parlamentar do governo Lula reúne-se hoje, às 11h,

para as indicações do presidente e do relator da comissão de inquérito. O tesoureiro licenciado do PT, Delúbio Soares, acusado de realizar os pagamentos, vai ser ouvido pela CPI dos Correios a partir das 10h.

CCJ se reúne às 10h

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se às 10h para analisar proposta restringindo as ações contra compra de votos no período entre a convenção partidária e os dois meses que se seguem ao dia da eleição (PLS 76/03).

Agenda do presidente

O presidente do Senado, Renan Calheiros, tem audiência, às 12h, com o presidente da Confederação Brasileira dos Policiais Civis; às 15h30, conversa com o presidente do Senado da Suíça e, às 17h, com o ex-ministro João Paulo dos Reis Velloso.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Congresso pode votar hoje reajuste de juízes

A pauta da sessão do Congresso Nacional, prevista para hoje, às 10h, poderá incluir quatro projetos de lei que asseguram o reajuste de pessoal da magistratura e do Ministério Público da União (MPU).

O líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), e o vice-líder, deputado João Leão (PL-BA), dedicaram-se a costurar acordo com as lideranças para viabilizar a votação direta em Plenário desses projetos, que estavam na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Dois deles alteram a lei orçamentária deste ano para autorizar a suplementação e os outros dois liberam o crédito. O MPU contará com reforço de R\$ 177 milhões para gastos de pessoal e encargos decorrentes da implantação do subsídio concedido ao procurador-geral, além do pagamento de aposentadorias e pensões. O outro crédito suplementar prevê R\$ 184 milhões para o aumento das despesas com pessoal da magistratura.

Entretanto, os requerimentos de urgência para a votação dessas matérias só serão assinados pelos líderes na própria sessão do Congresso. O que não impede recuo nos entendimentos mantidos com as lideranças, principalmente do PFL e do PSDB. O Congresso poderá examinar também vetos parciais do presidente da República a vários projetos.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 3311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 3311-3333
Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Amparado por *habeas corpus*, o ex-secretário-geral do PT negou participação nos supostos esquemas de corrupção que envolvem o partido, como o pagamento de R\$ 30 mil por mês a deputados da base aliada em troca de apoio no Congresso

Sérgio Guerra afirma que culpa do PT é coletiva

Ao inquirir o ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira, o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) repudiou sua tentativa de atribuir a responsabilidade das trapalhadas financeiras do PT ao ex-tesoureiro do partido Delúbio Soares. Segundo ele, ninguém acreditará nisso, porque não é assim que funciona um partido de esquerda que tem direção colegiada como o PT.

– Vemos o presidente Lula, sentado numa cadeira dourada, entrevistado por uma jornalista imaginária (em recente entrevista à TV francesa), dizendo que o PT fez o que todos os demais partidos sempre fizeram. O que ele realmente revelou foi a existência de irregularidades graves que ele conhecia e nada fez a respeito – ressaltou.

Indicações

Ao responder ao senador Demostenes Torres (PFL-GO), Sílvio Pereira negou que o interesse maior dos partidos da base governista fosse obter cargos no quais se pudessem angariar recursos, mas concordou que todos queriam cargos em órgãos importantes como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e a Petrobras. O ex-secretário admitiu que o trabalho mais difícil que enfrentava era o de convencer os petistas a ceder cargos para os partidos da base.

– Eles sempre queriam todos os cargos para si, especialmente nos estados – concluiu.

O senador Fernando Bezerra (PTB-RN), que integra um partido da base governista, disse considerar normal a indicação de nomes para a administração pública, revelando que ele mesmo fez uma indicação para o Banco do Nordeste. Ele perguntou a Sílvio Pereira se conhecia detalhes da captação de recursos para campanhas eleitorais ou pagamento de “mensalão” a deputados da base aliada.

– Nunca participei de reuniões para angariar fundos ou negociar empréstimos com Valério. Quem tratava de temas financeiros era o companheiro Delúbio – ressaltou Sílvio Pereira.

Sílvio Pereira diz que nunca ouviu falar de "mensalão"

O ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira declarou ontem na CPI dos Correios que nunca ouviu falar da palavra “mensalão” ou da existência de malas de dinheiro para compra de votos de parlamentares. Durante seu depoimento à comissão, o ex-dirigente usou várias vezes as palavras “não” e “nunca” em resposta às perguntas feitas a ele.

Sílvio Pereira mencionou, por exemplo, que não conhecia o esquema de empréstimos montado pelo ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares, e pelo empresário Marcos Valério Fernandes de Souza. Disse também que não sabia o tamanho da dívida do partido, apesar de assinar os balanços financeiros. Sustentou ainda que não indicou ex-diretores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, como afirmara anteriormente o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ).

O ex-secretário negou que

tivesse uma sala no Palácio do Planalto. Ele assegurou que recebia quem o procurasse – políticos e empresários – em sua sala na sede do PT em Brasília. Também refutou a suposta intermediação de contrato entre os Correios

e a empresa Skymaster. Mas declarou conhecer o empresário Marcos Valério desde 2003.

– Nunca encontrei Marcos Valério em Belo Horizonte. Em Brasília, apenas na sede do PT. Nunca acompanhei a publicidade do governo e nunca participei de discussões sobre empréstimos – afirmou Sílvio Pereira.

Após tantas negativas, alguns integrantes da CPI passaram



NEGATIVAS Sílvio Pereira emprega inúmeras vezes as palavras “não” e “nunca” durante seu depoimento

a criticar os depoimentos que estão sendo dados. “Estamos assistindo a um campeonato de cinismo e colecionando mentiras”, lamentou o senador Alvaro Dias (PSDB-PR). Para ele, a concessão do *habeas corpus* aos depoentes, como Sílvio Pereira, é o equivalente a uma confissão de culpa e ajuda a patrocinar o que chamou de depoimento “mentiroso”.

Ex-secretário atribui rombo a Delúbio Soares

A dívida de quase R\$ 40 milhões acumulada desde 2002 pelo PT, estimativa divulgada ontem pela Executiva Nacional do partido, seria de responsabilidade exclusiva do ex-tesoureiro do partido Delúbio Soares. Em depoimento à CPI dos Correios, o ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira disse que ele e o ex-presidente José Genoíno não participavam dessas movimentações financeiras, dedicando-se apenas à definição das prioridades políticas. A captação e distribuição dos recursos arrecadados pelo partido seriam manipulados apenas por Delúbio – que depõe hoje às 10h na CPI.

O desconhecimento alegado por Sílvio Pereira não convenceu Pedro Simon (PMDB-RS). Ele mostrou-se pasmo com o fato de um dirigente petista tentar fazer os parlamentares acreditarem

que a cúpula do partido desconhecia a movimentação de “uma montanha” de dinheiro.

– Vossa Senhoria está dando uma marcha fúnebre ao PT, que não merecia isso – ressaltou.



CULPA Sílvio Pereira declara que responsabilidade por movimentações financeiras era de Delúbio Soares, que depõe hoje na CPI dos Correios

Lista de beneficiários de saques acirra ânimos

A divulgação ontem de uma lista extra-oficial atribuída a membros da CPI dos Correios, contendo vários nomes de assessores do PT e de dois deputados federais, com os valores de saques nas contas de Marcos Valério no Banco Rural, em Brasília, acirrou os ânimos entre os parlamentares. Para a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), integrante da CPI, a lista

representa uma “guerra de gangues partidárias, em que há denúncias para todos os gostos e partidos”.

Já o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), único senador petista que assinou desde o início o requerimento para criar a CPI do Mensalão, considerou o fato muito grave.

– As listas constituiriam uma evidência forte de que houve paga-

mentos sem as explicações devidas. Todos esperam agora que Delúbio Soares e Marcos Valério revelem inteiramente os fatos – destacou.

O relator, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), não quis fazer maiores comentários sobre a quebra de sigilo de Marcos Valério, mas adiantou que “muitos nomes e muitos valores já foram tabulados”.

Documentos de Valério começam a ser examinados

A CPI dos Correios recebeu ontem do Ministério Público de Minas Gerais e da Polícia Civil do estado 12 caixas de documentos apreendidos na região metropolitana de Belo Horizonte na semana passada.

Os documentos estavam sendo queimados na casa de um ex-policia civil, irmão de um dos contadores do empresário Marcos Valério. A polícia investigava o ex-policia e os documentos foram encontrados por acaso.

Conforme o Ministério Público de Minas, fazem parte da documentação notas fiscais emitidas de 1998 a 2003 pela agência de publicidade DNA, do empresário Marcos Valério. Legalmente, de acordo com promotores, os documentos mais recentes não poderiam ser destruídos, o que configura irregularidade.

Alvaro Dias quer convocar ex-diretor do BB

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) questionou se o ex-secretário-geral teria participado do que chamou de “versão fantasiosa pior que a operação Uruguai” – numa referência à versão que teria sido montada pelo empresário Marcos Valério e pelo ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares para justificar a alta movimentação financeira nas contas de empresas de Valério. A suposta participação foi negada por Sílvio Pereira.

Alvaro Dias também informou que apresentará requerimento para que o ex-diretor de *marketing* do Banco do Brasil Henrique Pizzolato explique à CPI a possível “intermediação de contratos” e a denúncia divulgada pela imprensa segundo a qual o ex-diretor teria usado um *laranja* para sacar mais de R\$ 300 mil das contas da DNA Propaganda, empresa da qual Marcos Valério é sócio.



Governo e oposição divergem sobre escolha do presidente de CPI. Arthur Virgílio diz que maioria dos integrantes é da oposição, mas Aloizio Mercadante propõe que comando da comissão seja dado ao PMDB, que tem maior bancada no Senado

CPI do Mensalão será instalada hoje de manhã

Foi adiada para hoje, às 11h, a instalação da CPI Mista que vai investigar a denúncia do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), de que o Partido dos Trabalhadores (PT) estaria pagando mesadas – o chamado “mensalão” – para deputados de partidos que compõem a base parlamentar do governo Lula. A decisão foi tomada ontem na reunião entre as lideranças partidárias e o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Ao final da reunião, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse que não quer repetir o mesmo

processo conflituoso pelo qual passou a CPI dos Correios para escolha do presidente e do relator. Virgílio afirmou que os governistas estão quebrando a praxe de, havendo comissão mista, a maior bancada da Câmara indica um nome para uma posição estratégica e a maior bancada no Senado indica um nome para a outra, fazendo rodízio na comissão seguinte.

– Eles terão cinco (integrantes) e nós seis. O nosso candidato é o deputado Raul Jungmann, por consenso ou pelo voto. Se houver disputa, vamos lutar

pela presidência – assinalou.

Para o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), a presidência da CPI do Mensalão caberia ao PMDB do Senado e a relatoria ao PT da Câmara. Ele destacou que a solução depende do nome proposto, mas reiterou que o PT da Câmara deseja indicar um nome da base do governo.

– Queremos assegurar para esta CPI que ela possa trabalhar de forma complementar à outra CPI [dos Correios], para impulsionar e agilizar as investigações – afirmou.

Renan descarta hipótese de acobertar os culpados

Ao indicar os integrantes da CPI Mista do Mensalão, em Plenário, o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que a História não perdoa omissões e que a sociedade não absolve tentativas de acobertamento. Ele assegurou que, se parlamentares “rebaixaram mandatos e consciências” para obter subvenções ilegítimas, deverão ser punidos.

– Esta Casa já deu um passo vital para manter sua relação com a sociedade, ao assumir o papel de protagonista da investigação. Por isso, ninguém está autorizado a confundir o Congresso com uma funilaria. Aqui não se farão blindagens. Quem tiver culpa, se houver culpa, pagará por ela – afirmou.

O presidente do Senado também disse que, em momentos delicados como o atual, suas referências são o respeito irrestrito à Constituição, a obediência ao Regimento do Congresso e a total atenção às expectativas da sociedade. Em sua opinião, apenas a investigação isenta, séria, profunda,

responsável e sem paixões políticas contribuirá para manter a respeitabilidade e a credibilidade das instituições.

Renan explicou que, diante da grave crise atravessada pelo país, vem-se orientando “pelo equilíbrio, pela isenção, pela responsabilidade e pela absoluta transparência”. Ele lembrou ter sempre recomendado que as denúncias sobre supostos pagamentos de mesadas a deputados fossem feitas pela própria Câmara, a Casa apta a punir os que fossem comprovados culpados.

– Como não prosperou o entendimento para a instalação de uma CPI [do Mensalão] na Câmara dos Deputados, fizemos a leitura do requerimento de CPI Mista no Congresso, uma vez que o pedido para instalação preenche os pressupostos legais: fato determinado, número suficiente de assinaturas e prazo estabelecido para seu funcionamento. Rigorosamente, o mesmo critério adotado no pedido anterior, a CPI dos Correios – observou o senador.

Até o dia 2, Senado se dedicará às investigações

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que as CPIs devem realizar mais reuniões por semana para analisar documentos e informações que chegam em profusão a essas comissões.

– Acho pouco a realização de apenas duas reuniões de depoimentos por semana. As CPIs deverão realizar mais reuniões para análise de documentos e informações. Como presidente do Senado, estou disposto a contratar peritos e auditores para ajudar na análise dos documentos que são enviados diariamente às CPIs, se os membros dessas comissões julgarem necessário – declarou Renan.

Para não haver redundância nas investigações das diversas CPIs, Renan sugeriu a criação de um colégio de sub-relatores formado por membros das

comissões. Os sub-relatores distribuirão entre as CPIs as informações já apuradas por uma determinada comissão sobre temas de interesse comum. Esse seria, segundo ele, o primeiro passo para que as CPIs realizem reuniões conjuntas.

O Senado, informou Renan, já votou todas as matérias legislativas que aguardavam deliberação – 162 proposições em 108 sessões – e, por isso, até o dia 2 de agosto se dedicará integralmente às CPIs, para que a sociedade possa ter as respostas que deseja sobre as denúncias que estão sendo investigadas.

– É fundamental que as CPIs trabalhem mais para dar as respostas que a sociedade quer. Só assim vamos limpar a imagem do Congresso e separar os maus parlamentares dos bons – acrescentou Renan.

Jane Araújo



IMPASSE As lideranças partidárias, reunidas com o presidente Renan Calheiros, não concordaram sobre quem presidirá CPI

Definidos os integrantes da comissão

O presidente Renan Calheiros designou ontem os 36 membros (18 senadores e 18 deputados) da CPI do Mensalão, que terão 120 dias para apurar duas denúncias: o suposto pagamento de mesada pelo PT a parlamentares, para que seguissem a orientação do governo nas votações, e a possível compra de votos para a aprovação da emenda constitucional que permitiu a reeleição para prefeitos, governadores e presidente da República.

Pelo Senado, os membros titulares da CPI são: José Jorge (PFL-PE), Romeu Tuma (PFL-SP), Jorge Bornhausen (PFL-SC), Almeida Lima (PSDB-SE), Leonel Pavan (PSDB-SC), Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), Maguito

Vilela (PMDB-GO), João Batista Motta (PMDB-ES), Amir Lando (PMDB-RO), Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG), Ney Suassuna (PMDB-PB), Sibá Machado (PT-AC), Ana Júlia Carepa (PT-PA), Serys Slhessarenko (PT-MT), Fátima Cleide (PT-RO), Augusto Botelho (PDT-RR), Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Valmir Amaral (PP-DF).

Os senadores indicados suplentes são: José Agripino (PFL-RN), Heráclito Fortes (PFL-PI), Paulo Octávio (PFL-DF), Alvaro Dias (PSDB-PR), Reginaldo Duarte (PSDB-CE), Sérgio Guerra (PSDB-PE), Valdir Raupp (PMDB-RO), Pedro Simon (PMDB-RS), Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), Alberto Silva (PMDB-PI), Eduardo Su-

plicy (PT-SP), Nezinho Alencar (PSB-TO), Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) e Fernando Bezerra (PTB-RN).

A Câmara indicou como titulares os deputados Odair Cunha (PT-MG), Paulo Pimenta (PT-RS), Professor Luizinho (PT-SP), Mauro Lopes (PMDB-MG), Zé Geraldo (PMDB-CE), João Correia (PMDB-AC), José Rocha (PFL-BA), Moroni Torgan (PFL-CE), Júlio Redecker (PSDB-RS), Zulaiê Cobra (PSDB-SP), Agnaldo Muniz (PP-RO), Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG), Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), Luiz Antônio Fleury (PTB-SP), José Carlos Araújo (PL-BA), Raul Jungmann (PPS-PE), Renato Casagrande (PSB-ES) e Daniel Almeida (PCdoB-BA).



Líder do PFL no Senado sugere o deputado do PPS Raul Jungmann para presidir a investigação sobre as denúncias do "mensalão". Segundo ele, pelo critério do rodízio, comando da comissão de inquérito deveria caber ao Bloco da Minoria

Heráclito critica entrevista de Lula a produtora francesa

Heráclito Fortes (PFL-PI) manifestou ontem sua estranheza com o fato de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter concedido entrevista sobre denúncias contra seu governo somente a uma produtora francesa. Lula, disse o senador, ignorou a imprensa brasileira, "que sempre o apoiou" e, equivocadamente, falou de assuntos internos do país para um veículo estrangeiro. Heráclito criticou o conteúdo da entrevista e considerou lamentável o presidente ter admitido que o caixa dois do PT existe e que essa é uma prática normal no período eleitoral.

Suplicy acha que presidente deve falar novamente

Eduardo Suplicy (PT-SP) recomendou ontem que o presidente Lula dê outra entrevista coletiva, em que os jornalistas possam fazer as perguntas com total liberdade. O senador frisou a disposição de Lula de querer que a verdade seja desvendada por inteiro.

– Esta será uma atitude que contribuirá para trazer a verdade dos fatos à tona – afirmou.

Suplicy, no mesmo discurso, deu apoio à CPI Mista do Mensalão, destacando a importância da participação de senadores nos trabalhos da comissão.

PT usa a legenda para lavagem de dinheiro, diz Pavan

O PT está usando a legenda como um tanque de lavagem de dinheiro, acusou ontem o senador Leonel Pavan (PSDB-SC). Ele reclamou do funcionamento simultâneo de "tantas CPIs" no Congresso. Em sua avaliação, a agilidade das apurações poderá ser prejudicada, uma vez que muitos dos depoimentos serão repetidos nas diferentes comissões. O ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares e o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) vão prestar depoimento à CPI do Mensalão após já terem falado na CPI dos Correios, exemplificou.

Agripino defende nome de Jungmann para CPI

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), sugeriu ontem o nome do deputado Raul Jungmann (PPS-PE) para a presidência da CPI Mista do Mensalão e da Compra de Votos. Jungmann, disse Agripino, é um nome "que está acima do bem e do mal" e é impossível que a comissão seja facciosa, pois a sociedade está atenta à apuração dos fatos.

– Com o esquema de vigilância da sociedade e dos meios de comunicação, é impossível que alguém ouse ser faccioso. Na CPI dos Correios, por exemplo, confiamos no presidente Delcídio Amaral, mas, acima de tudo, confiamos na sociedade, nos meios de comunicação e



CONFIANÇA Agripino argumenta que nome do deputado do PPS "está acima do bem e do mal"

nos membros da comissão para investigar e apurar os fatos – enfatizou Agripino.

O senador lembrou ainda

que foi um dos defensores da unificação das CPIs, porque o trabalho de todas elas vai "desaguar numa só vertente".

– Dividirmos as investigações em várias CPIs é desperdício de energia desnecessária. Como nossa proposta não foi aceita, teremos uma trabalhadeira infernal. Mas vamos trabalhar para atender às expectativas da sociedade – afirmou.

José Agripino disse também que a indicação do presidente da CPI do Mensalão deveria ser, por rodízio, do Bloco da Minoria e não do governo, ou decidida "no voto", como defendeu o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP).

Serys pede expulsão de Delúbio

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) enfatizou ontem, em Plenário, que pretende ver apuradas, pela CPI do Mensalão, todas as denúncias de corrupção envolvendo o governo e o PT. Ela exigiu que o partido expulsa o ex-tesoureiro Delúbio Soares e o ex-secretário-geral da agremiação "diante das evidências até agora divulgadas". Ontem à

tarde, em São Paulo, a Executiva do PT rejeitou por 11 votos a 7 a proposta de suspensão por 60 dias de Delúbio, apresentada por integrantes da esquerda do partido.

Serys se disse chocada com as denúncias e lembrou que já havia pedido o afastamento de Delúbio e de Sílvio Pereira antes da instalação da CPI.

– Agora quero a expulsão – disse a senadora, acrescentando que, caso ambos sejam considerados inocentes em futuro próximo, ela voltará à tribuna para reconhecer isso e pedir desculpas.



Serys: "chocada" com as denúncias

Bezerra apóia acordo para escolher comando da CPI

O senador Fernando Bezerra (PTB-RN) afirmou ontem que apóia a realização de um acordo para a definição dos nomes do presidente e do relator da CPI do Mensalão.

– Tenho certeza de que vai prevalecer o equilíbrio na escolha do presidente e do relator – disse Bezerra.

Para o parlamentar, o que importa é a apuração das denúncias de "forma rígida, equilibrada e competente".

– A sociedade não nos perdoaria se fôssemos omissos em relação ao desvio de conduta dos parlamentares. A situação do Parlamento é extremamente delicada – declarou.

Fernando Bezerra disse ainda, em seu discurso, que a CPI deveria ter sido criada somente no âmbito da Câmara dos Deputados para "não criar constrangimento aos senadores, ao investigarem denúncias contra deputados".



Fernando Bezerra espera equilíbrio

Para José Jorge, acordo deve decidir os cargos

O líder da Minoria, senador José Jorge (PFL-PE), congratulou-se ontem com o presidente do Senado, Renan Calheiros, pela indicação dos integrantes da CPI do Mensalão. Ele sugeriu a realização de um acordo que permita à base do governo a escolha do presidente da comissão e a indicação, pela oposição, do relator da CPI.

– Todos nós sabemos do esforço do presidente para que a investigação das acusações contra os deputados fosse feita pela Câmara e não pelo Senado, mas a realidade fez com que tivéssemos mais esta CPI aqui no Senado, onde já temos a CPI dos Correios e a CPI dos Bingos – declarou o parlamentar.

Em resposta à proposta de José Jorge, o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), disse que, se não for possível acordo, a escolha do presidente e do relator será decidida no voto.

Tuma sugere que deputado presida CPI do Mensalão

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) sugeriu ontem, em Plenário, ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que a presidência dos trabalhos da CPI do Mensalão, que será instalada hoje de manhã pelo Congresso, fique sob a responsabilidade de um deputado federal.

– Acho que a Câmara deveria ficar com a presidência da CPI do Mensalão. Sei que há alguns parlamentares que acham que o mais importante é a relatoria, só que o presidente é eleito e o relator é indicado pelo presidente – disse Tuma.

Para Ana Júlia, população repudia ofensa ao presidente

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) sustentou que, depois de ter viajado pelo seu estado, pode afirmar que a população não aceita ofensas ao presidente da República. Ela tem recebido mensagens eletrônicas, com pessoas manifestando sua contrariedade com os adjetivos usados na semana passada.

– Engana-se quem acha que ganhará apoio do povo ofendendo o presidente. Parte da oposição partiu para essa forma agressiva depois que pesquisas mostraram que o apoio ao presidente continua o mesmo, apesar da crise – acrescentou.

PMDB não aceita ser cooptado, adverte Mão Santa

Ao comentar a crise política, o senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou ontem que "o PMDB não admite que o PT tente cooptá-lo ou corrompê-lo em busca de apoio".

– Nós queremos enfrentar o PT de peito aberto, frontalmente, pela democracia – afirmou.

Mão Santa também censurou o presidente Lula, que não teria "unidade de comando e direção". Outra crítica se referiu à entrevista concedida na França, em que Lula disse que "o que a direção do partido [PT] fez é feito no Brasil sistematicamente".



Jefferson Péres reafirma valores de sua campanha

Dirigindo-se ao líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), o senador Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou ontem ser verdadeira a declaração de seus gastos de campanha, de R\$ 149 mil. O valor fora citado por Virgílio em pronunciamento na última quinta-feira. Jefferson pediu que Arthur Virgílio “dirija seu fogo contra os adversários e poupe os companheiros da oposição de sua metralhadora giratória”.

– Como a prestação de contas de Arthur Virgílio, de R\$ 1 milhão, foi bem maior que a minha, creio que ele ficou incomodado, imaginando que seriam feitas comparações, e acabou insistindo que eu teria sonegado informações ao TSE – disse.

Jefferson Péres explicou que declarou tudo o que foi arrecadado, tanto com amigos e empresários, quanto economias pessoais que utilizou na confecção de *outdoors*, cartazes e santinhos. Ele observou, no entanto, que não foi computada em sua prestação de contas a estrutura de apoio que obteve da sua coligação.

– Não teria por que computar isso na declaração ao TSE. A estrutura de apoio que tive foram as viagens ao interior de carona em aviões fretados pelo governador Eduardo Braga, estúdios de televisão e rádio alugados pela coligação e convites para participar de comícios – explicou.

Jefferson Péres disse que Vir-



ECONOMIA Jefferson Péres atribui gasto modesto a uma grande aceitação de seu nome em Manaus

gílio teria sido veraz se dissesse que sua prestação de contas foi muito maior porque ele teve de montar uma estrutura própria. O senador ponderou ainda que foi eleito porque o Amazonas tem 60% dos eleitores concentrados em Manaus, onde sua candidatura teria tido grande aceitação.

– Tenho em Manaus um exército de milhares de cabos eleitorais voluntários que pedem votos para mim, mesmo sem que eu os conheça. Nas últimas duas eleições, fui o primeiro em número de votos na capital – finalizou.

Resposta de Virgílio

Arthur Virgílio respondeu que havia citado as declarações de gastos de Jefferson e também do candidato a senador Bernardo Cabral, ambos do Amazonas, para dizer que a sua própria prestação de contas era legítima. Virgílio insistiu, no entanto, que o valor gasto numa campanha a senador não é de cerca de R\$ 100 mil. O senador afirmou que não pretendia atingir os colegas amazonenses e que, “além de domar sua metralhadora giratória”, iria “tirar as balas” quando se referisse a Jefferson Péres.

ACM: Lula não tem como negar que sabia de corrupção

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse ontem, em Plenário, não ter mais dúvidas de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva “sabia de tudo”, ao referir-se às denúncias de corrupção envolvendo integrantes do PT e do governo. O senador frisou que a situação do PT é caótica e que, agora, Lula “quer afastar-se do partido para não ser maculado”.

Antonio Carlos afirmou ainda que pretende saber muito mais sobre as denúncias de corrupção, incluindo a ligação do filho do presidente com a operadora de telefonia Telemar. A Telemar teria

injetado R\$ 5 milhões para uma empresa de jogos eletrônicos cujo sócio majoritário é o filho de Lula.

– Queremos saber ainda do IRB, da Infraero e, principalmente, dos fundos previdenciários – acrescentou o senador, que pediu a inserção nos Anais do Senado de artigos publicados nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* sobre denúncias de corrupção nos fundos de Previdência.

Antonio Carlos frisou que, diante de tudo isso, só lhe restava solidarizar-se com os colegas parlamentares do Partido dos Trabalhadores.

Mercadante pede debate qualificado à oposição

Após os discursos de ontem dos senadores José Jorge (PFL-PE) e Arthur Virgílio (PSDB-AM), o líder do governo no Senado, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), protestou contra a forma desrespeitosa com que a oposição vem tratando o governo e pediu um debate qualificado. O senador disse que não podia aceitar a escalada de agressões contra o governo no Plenário, argumentando que este tipo de atitude não contribui para o debate político e a democracia.

Mercadante lembrou que, com razão, a oposição pediu o afastamento de um funcionário da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) por ter insultado os parlamentares. E ressaltou que o presidente Luiz Inácio



Fotos: J. Freitas

RESPEITO Aloizio Mercadante protesta contra o que considera atitude desrespeitosa dos adversários

Lula da Silva, que recebeu o mandato pelo voto de milhões de brasileiros, também deve ser tratado com respeito. O senador afirmou que, apesar de todas as denúncias de corrupção, o povo

confia no presidente Lula por causa de sua história de vida.

O senador registrou que, apesar da crise política, a economia segue segura, com inflação em queda, aumento do emprego e redução da vulnerabilidade externa. Ele observou que essa situação depende também da atitude política de cada um para preservar as instituições, entre elas a Presidência.

Em resposta, o senador Arthur Virgílio lembrou que a antiga oposição acusava o governo de Fernando Henrique Cardoso de vendilhão da pátria quando realizava as privatizações de empresas, com a realização de corredor polonês por militantes da CUT e do PT contra parlamentares governistas.

Virgílio anuncia pedido no TSE contra repasses ao PT

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), disse ontem que a oposição entrou com pedido no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) solicitando a suspensão de repasses do fundo partidário ao PT. O motivo apresentado foi a confissão do ex-tesoureiro Delúbio Soares de que o partido operava com caixa dois.

Virgílio disse que não considera exagero a atitude da oposição, já que surgem denúncias de irregularidades contra o partido

e o governo a cada dia. O senador citou o jornal *Financial Times*, de Londres, que destacou as denúncias de corrupção no Brasil, sob o título “É o Pior quadro desde a queda de Collor”.

O senador mencionou também a análise que o articulista Clóvis Rossi, da *Folha de S. Paulo*, fez de entrevista concedida na França pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O parlamentar lamentou que o presidente, na entrevista, tentasse colocar “a



RESPOSTA Para Arthur Virgílio, atitude da oposição é justa por causa da quantidade de denúncias

bomba no colo da antiga direção do PT”. Para Virgílio, não é possível contestar que o presidente Lula e o PT “são uma coisa só”.

José Jorge chama governo Lula de "mentiroso"

Ao comentar entrevista do presidente Luiz Inácio Lula da Silva concedida na França na semana passada, em que o presidente disse que “trabalhar com a verdade é muito melhor”, o senador José Jorge (PFL-PE), líder da Minoria, acusou o governo de mentir sobre as recentes denúncias de corrupção.

– Lula é, talvez, o maior mentiroso do governo – acusou.



MENTIRA José Jorge menciona casos de membros do governo e do PT que foram pegos em contradição

O líder da Minoria mencionou casos em que membros do governo, do PT ou pessoas ligadas a ele teriam mentido. Ele citou o ex-presidente do parti-

do, José Genoíno, o qual negou que o PT tivesse recebido algum empréstimo avalizado pelo empresário Marcos Valério, mas em seguida voltou atrás.

O senador também classificou como mentiroso o ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares, que tentou justificar os gastos do partido e depois apresentou a versão dos empréstimos feitos por Marcos Valério.

Censurado pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP), José Jorge corrigiu-se, dizendo que é preciso “deixar de lado o presidente e dizer que quem mente é seu governo”.



Senadores são unânimes em defender uma revisão das medidas da reforma política em discussão na Câmara dos Deputados e lembram que momento de conturbação não é o mais adequado para se promover mudanças tão importantes

Maciel apóia reforma política, mas acha que momento não é oportuno



CRISE Marco Maciel acredita que período de turbulência atual não é propício para discutir reformas

O senador Marco Maciel (PFL-PE) defendeu ontem a realização da reforma política, ponderando, no entanto, que é preciso analisar qual o momento mais oportuno para isso. Para ele, a realização dessa reforma, que disse preferir chamar de institucional, é essencial “para restaurar a legitimidade e a credibilidade de que carecem os Poderes da República”.

– Fazer reformas em período eleitoral pode parecer casuís-

mo, e, no momento de crise atual, é temerário. A reforma política deve ser pautada para o instante em que possa ser feita de forma refletida – preveniu o senador.

Ao sustentar que o Brasil já experimentou praticamente todas as possibilidades políticas e institucionais, como a monarquia, a república, o parlamentarismo, o federalismo, o voto censitário e o sufrágio universal, entre outras, Maciel

lembrou alguns momentos importantes da história brasileira.

Em apartes, os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Papaléo Paes (PMDB-AP) e Mão Santa (PMDB-PI) apoiaram Maciel e disseram que os itens da reforma política que estão sendo discutidos na Câmara precisam ser revistos no Senado.



SUGESTÃO Alberto Silva deseja investigação, mas quer que ela termine nos 180 dias regimentais

Alberto Silva pede conclusão da CPI no prazo

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) defendeu a conclusão dos trabalhos da CPI dos Correios no prazo inicial de seis meses e pediu que o Congresso continue debatendo e votando projetos.

– O Brasil não pode parar – apelou o senador, sugerindo que os depoimentos sejam feitos apenas depois que haja provas contra os interrogados, o que evitaria “perguntas desnecessárias e poderia evitar que os depoentes mentissem”.



FALHAS Antônio Leite considera a Lei da Improbidade Administrativa “dúbia e cheia de lacunas”

Leite critica a manutenção de suspeito no cargo

Depois de classificar como “dúbia e cheia de lacunas” a Lei da Improbidade Administrativa (8.429/92), que trata das punições aplicáveis aos agentes públicos que enriquecerem ilícitamente, o senador Antônio Leite (PMDB-MA) lamentou que a lei impeça medida cautelar para afastar temporariamente as pessoas indiciadas de seus cargos públicos, determinando que a perda do cargo apenas ocorre quando a sentença é transitada em julgado.

Papaléo também defende maior debate sobre tema



GESTO Segundo Papaléo, governo apresenta a reforma política como a “salvação da lavoura”

A reforma política também foi tema do pronunciamento do senador Papaléo Paes (PMDB-AP), que reconheceu a necessidade de mudanças, mas concordou que o momento atual, com diversas CPIs funcionando simultaneamente, não é o mais adequado.

– O governo apresentou a reforma política como se fosse a salvação da lavoura. Mas não devemos realizá-la agora apenas para mostrar à população

que estamos fazendo algo para combater a corrupção – argumentou Papaléo.

Na opinião do senador, todas as denúncias de corrupção que atualmente mobilizam três CPIs poderiam ser apuradas por uma só. Ele acrescentou que a CPI dos Bingos só não está concluindo agora seus trabalhos porque o governo vinha impedindo sua instalação.

Leonel Pavan (PSDB-SC), Valdir Raupp (PMDB-RO), Mão

Santa (PMDB-PI), César Borges (PFL-BA) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disseram concordar com Papaléo. Mozarildo lembrou que o Senado já havia acolhido vários pontos da reforma política, e que o governo apenas não os aprovou na Câmara dos Deputados porque faltou vontade política. César Borges pediu que todas as denúncias de corrupção sejam apuradas antes de a reforma política ser discutida.

Heloísa sugere trabalho no Congresso de 2ª a 6ª feira

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) propôs ontem que os trabalhos dos parlamentares sejam realizados de segunda a sexta-feira, para que a atuação simultânea das três CPIs recentemente criadas não atrapalhe as atividades do Congresso.

– Sei que existe preocupação muito grande com relação aos trabalhos legislativos, mas todos nós que somos honestos intelectualmente sabemos que uma CPI não paralisa os trabalhos, e que ela não funciona quando há votação em Plenário – declarou.

Ao defender sua proposta, a senadora ressaltou que “ninguém pode reclamar de cansaço nem de salário por trabalhar de segunda a sexta, porque se for para fazer isso, que se compare a



CORAGEM Heloísa Helena alega que trabalhar de segunda a sexta não esgotaria os parlamentares

situação dos congressistas com os que recebem salário mínimo e com a angústia e o sofrimento da população brasileira”.

– Tenhamos a coragem e a vergonha de trabalhar de segunda a sexta, como o faz a grande maioria dos trabalhadores brasileiros.

Suassuna prega diálogo de líderes para viabilizar CPIs

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) convidou os líderes partidários para que se reúnam hoje, em um almoço, com o objetivo de discutir o andamento das CPIs que estão em funcionamento no Senado.

– Vamos de espírito desarmado analisar essa situação, pois ainda falta uma CPI para ser instalada e eu me preocupo como iremos indicar parlamentares. O PMDB, que é o maior partido da Casa, já está ficando pequeno – disse.

Para Suassuna, a instalação, ontem, da CPI do Mensalão, vai tumultuar ainda mais a rotina dos parlamentares e dificultar a tramitação de projetos no Congresso. O senador reconheceu, no entanto, a importância do trabalho das CPIs para “des-



SOBRECARGA Suassuna debate solução para que CPIs funcionem sem paralisar o Congresso

vendar todos os atos ilícitos que vêm sendo denunciados e levar à punição dos culpados”. Ele ressaltou que é preciso encontrar solução para minorar as consequências do funcionamento de tantas comissões para os trabalhos legislativos ordinários.

TV Senado amplia sinal para três municípios

O 1º secretário do Senado, Efraim Morais (PFL-PB), assinou ontem autorização para que os municípios de Muniz Freire e Alegre, no Espírito Santo, e Macaíba, no Rio Grande do Norte, possam retransmitir, em canal aberto via UHF, toda a programação da TV Senado.

Para o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), que

compareceu à solenidade de assinatura dos contratos, é muito gratificante saber que a TV Senado continua expandindo, por todo país, a sua imagem. Ele contou que, quando vai ao Rio Grande do Norte, comprova a grande audiência da TV Senado, sendo constantemente abordado por assíduos telespectadores da emissora.

Também participaram da solenidade de assinatura de autorização de retransmissão o diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado (SECS), jornalista Armando Rollemberg, e o presidente da Câmara Municipal de Macaíba, Tomás Sena, para quem o convênio representa um enorme passo no sentido de aproximar o Senado da



SUCESSO Tomás Sena, entre Armando Rollemberg, da SECS, e os senadores Efraim Morais e Garibaldi Alves Filho, no ato da assinatura dos contratos

população.

A autorização de retransmissão dos sinais da TV Sena-

do aos três municípios foi assinada em nome das respectivas câmaras municipais.

Paim comemora criação do dia da pessoa deficiente

O senador Paulo Paim (PT-RS) comemorou a sanção presidencial, no último dia 14, da lei – baseada em projeto de sua autoria – que institui o dia 21 de setembro como o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência. Ele manifestou sua esperança de que também o Estatuto da Pessoa com Deficiência seja aprovado em breve.

– Este ano, nós conseguimos aprovar o dia da pessoa com deficiência e há a esperança de que o estatuto seja aprovado e sancionado no dia 21 de setembro, numa homenagem aos brasileiros que possuem algum tipo de deficiência – assinalou o parlamentar, que é também o autor do projeto desse estatuto.

De acordo com Paim, existem no Brasil cerca de 24,5 milhões de pessoas com algum



ESPERANÇA Paim quer também que o Estatuto da Pessoa com Deficiência seja aprovado em breve

tipo de deficiência. O senador elogiou a abordagem do problema em novelas de TV, como ocorre agora com novela da TV Globo, afirmando que ações desse tipo ajudam a sociedade a entender que tais cidadãos, quando incluídos no dia-a-dia, interagem de forma quase idêntica àqueles que não apresentam deficiência.

Paim mencionou ainda que a Marcha Zumbi+10 – movimento em homenagem aos 310 anos de Zumbi dos Palmares – será realizada em novembro.

Paulo Octávio: policiais do DF terão aumento

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) afirmou ontem que, após sete meses de espera, a segurança pública do Distrito Federal comemorou a publicação, feita nessa segunda-feira, do reajuste salarial de 17% concedido a policiais militares e civis e a bombeiros. Segundo o senador, o aumento concedido pelo projeto de lei da Câmara irá atingir cerca de 30 mil servidores e foi fruto da mobilização das entidades de classe do DF.

– Aqui no Senado conseguimos fazer a grande proeza de



LUTA Paulo Octávio celebra aprovação do projeto que levou sete meses para ser examinado

votar, no mesmo dia, o projeto aprovado na Câmara, mostrando a competência dessa Casa e o respeito para com a área de segurança pública do DF – salientou.

Paulo Octávio agradeceu também o empenho do governador Joaquim Roriz.

César Borges critica projeto no São Francisco

Senador diz que governo vai gastar R\$ 4,5 bilhões em uma obra que, em vez de unir, divide o país

César Borges (PFL-BA) criticou o projeto de transposição do rio São Francisco, que, segundo ele, irá “dilapidar R\$ 4,5 bilhões, durante 24 meses, num projeto malfadado”. O senador também censurou o ministro Ciro Gomes, da Integração Nacional, que defende o projeto.

– Não há dinheiro para a recuperação de estradas, para a educação, para a saúde, e o governo não investe em infraestrutura necessária para as exportações. Mas o governo



INFRA-ESTRUTURA César Borges classifica de “malfadada” a transposição do São Francisco

quer gastar em uma obra que não une, mas divide o país – enfatizou.

Em aparte, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) ressaltou que tanto ele como César Borges já apoiaram Ciro Gomes para presidente da República,

mas que este perdeu “milhares de votos por causa de sua língua”.

– Ele não se emendou. Continua com a língua solta, dizendo bobagens, defendendo uma obra que só é boa para os empreiteiros – completou.

César Borges também disse que o projeto poderá ser utilizado para o desvio de recursos.

– Os R\$ 4,5 bilhões serão dilapidados pelo governo para fazer com que grandes construtoras participem de um conluio, com o objetivo de tentar fazer caixa de campanha para a reeleição do presidente Lula – observou César Borges.

Para ACM, Ciro Gomes é subserviente a Lula

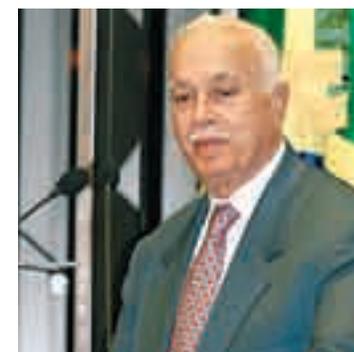
O senador Antonio Carlos Magalhães acusou ontem o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, de subserviência ao presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Antonio Carlos, que frisou ter sido atacado recentemente pelo ministro, afirmou que as obras de transposição do rio São Francisco servirão “para que os empreiteiros roubem”.

Em aparte, o senador José Agripino (PFL-RN) declarou que Ciro Gomes “foi grosseiro” com dois colegas do seu partido, Antonio Carlos Magalhães e o governador de Sergipe João Alves. Agripino manifestou sua solidariedade a ambos. Ele

ainda acrescentou que defende a transposição do São Francisco, mas que não acredita que o projeto seja de fato implementado.

Já o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), também em aparte, registrou que o ministro da Integração Nacional também teria sido grosseiro com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que o estaria processando por causa disso.

– Achei que o Ciro Gomes iria se tornar o Ferrabrás da parada. Mas a crise recrudescer e ele não falou mais nada. Quero lembrar ao ministro que é seu dever rebater o que estamos dizendo; que é seu dever, por



ACUSAÇÃO Antonio Carlos afirma que obras no São Francisco servirão “para que os empreiteiros roubem”

lealdade, defender o presidente Lula, que está muito sozinho. Em relação a mim, garanto que não processarei ninguém – afirmou Virgílio, acrescentando que “Lula está tão sozinho que começa a apresentar uma certa falha de caráter, entregando o PT e dizendo que não sabia de nada”.